



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA  
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2024-0033  
BI-2024-0021

## 1 – Dados gerais

### 1.1 - Inspeção

**Data:** 12/04/2024      **Hora:** 14:00      **Tipo:** Ação direta

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** João PRFB. Silva

**Outros inspetores da IRA:** António MR. Moutinho

#### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho. A inspeção foi realizada sem aviso prévio.

No local, fomos acompanhados por Luís Fagundes (condutor da empresa). Posteriormente foi contactado o Sr. Paulo Daniel dos Santos Quitério (responsável técnico pela operação de gestão de resíduos no local), tendo havido uma segunda deslocação à instalação no dia 03/05/2024, bem como prestação de esclarecimentos relativos à instalação.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** MLQ Máquinas Agrícolas e Indústrias, Unipessoal Lda.      **NIPC/NIF:** 512083240

**Sede/morada:** Canada da Fonte n.º 17

**Código Postal:** 9760-051      **Freguesia:** Biscoitos

**Concelho:** Praia da Vitória      **Ilha:** Ilha Terceira

### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Saibreira das Guerrilhas

**Endereço:** Canada da Fonte n.º 17

**Código Postal:** 9760-051      **Freguesia:** Biscoitos

**Concelho:** Praia da Vitória      **Ilha:** Ilha Terceira

**Atividade principal:** 38322 - Valorização de resíduos não metálicos

**Outras atividades:** 08121-Extracção de saibro, areia e pedra britada.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Período de funcionamento:** ---

**Licenciamento da atividade:** OGR n.º 16/DRAAC/2023; Licença DREC n.º 230/RN

📍 BI-2024-0021



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspecção Regional do Ambiente**

## 2 – Situação observada

### 2.1 – Descrição da instalação e procedimentos de gestão

A instalação está inserida na Saibreira das Guerrilhas, partilhando com esta as infraestruturas. Os resíduos rececionados na instalação são sujeitos a triagem e encaminhados para a respetiva área de armazenagem. Posteriormente serão encaminhados para valorização ou eliminação em operador licenciado, ou sujeitos a trituração mecânica para produção de agregados.

As operações de armazenagem são realizadas preferencialmente em local pavimentado.

### 2.2 – Descrição da situação observada

Relativamente aos requisitos técnicos mínimos das instalações de operação de gestão de resíduos e às condições impostas na licença para a realização de operações de gestão de resíduos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Devem existir estruturas e dispositivos que impeçam o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se deve manter fechado fora das horas de funcionamento;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 16/DRAAC/2023	Cumprido parcialmente	O portão fica aberto em alturas em que não se encontra ninguém na instalação, ficando sem qualquer controlo em períodos do dia.
b) Deve existir um painel, afixado em lugar bem visível do exterior, onde consta a designação do operador e os contactos do responsável pelas operações;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 16/DRAAC/2023	Cumprido parcialmente	Apenas tem o painel do licenciamento da extração de inertes, apesar de nele constarem com contactos. Deverá haver um painel com as referências do Operador de Gestão de Resíduos, conforme estabelecido no alvará.
c) Devem ser definidas e implementadas medidas que visem a segurança da circulação de viaturas na instalação e respetivos acessos, como a criação de circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 16/DRAAC/2023	Não cumprido	Não há qualquer marcação/identificação das zonas afetas às operações de gestão de resíduos.
d) Devem ser definidas e implementadas medidas que minimizam a emissão e dispersão de poeiras;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 16/DRAAC/2023	Não verificado	
e) As áreas de gestão devem estar delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 16/DRAAC/2023	Não cumprido	Estão a ser depositados (aterrados) inertes e resíduos fora das áreas definidas no alvará. Não há qualquer marcação/identificação das zonas afetas às operações de gestão de resíduos.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<b>f)</b> Os contentores e áreas utilizados na armazenagem de resíduos devem ter a identificação dos resíduos por nome comum e código LER;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 16/DRAAC/2023	Não cumprido	
<b>g)</b> A armazenagem dos resíduos deve ser efetuada de forma a não provocar danos para o ambiente nem para a saúde pública, prever o risco de incêndio ou explosão e respeitar todas as regras de segurança;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 16/DRAAC/2023	Não aplicável	Não existiam resíduos armazenados, foi, no entanto, verificada a existência de aterro ilegal de resíduos (em área não permitida).
<b>h)</b> Deve ser disponibilizado um sistema que permita quantificar e registar os resíduos admitidos na instalação, para efeitos das obrigações legais em matéria de transporte de resíduos e de preenchimentos dos mapas de registo no SRIR;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 16/DRAAC/2023	Não cumprido	
<b>i)</b> Devem estar registados os procedimentos adotados para o controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão e quantificação dos resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR);	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 16/DRAAC/2023	Não cumprido	
<b>j)</b> O transporte de resíduos deve cumprir com as regras previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro e na Portaria n.º 1879/2017, de 19 de dezembro e, quando aplicável, deve ser acompanhado por guia devidamente preenchida;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 16/DRAAC/2023	Não verificado	
<b>k)</b> Todos os técnicos intervenientes estão devidamente formados e sensibilizados para a execução das suas tarefas em condições de segurança;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 16/DRAAC/2023	Não verificado	
<b>l)</b> Está elaborado e implementado um plano de controlo de roedores, nos termos do DLR n.º 31/2010/A, de 17 de novembro, regulamentado pela Portaria n.º 32/2015, de 13 de março;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 16/DRAAC/2023	Não cumprido	
<b>m)</b> Deverá ser constituída uma ou mais garantias financeiras que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida, conforme previsto no Decreto – Lei n.º 147/2008, de 29 de julho.	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 16/DRAAC/2023	Não cumprido	

Verificou-se que não existiam resíduos depositados no local destinado aos mesmos, conforme planta de licenciamento disponibilizada pela DRAAC (figura 2.2).

Não se verificaram sinais de operações de trituração para produção de agregados resultantes de resíduos de inertes, tendo-se, no entanto, identificado uma deposição/aterro de resíduos numa encosta da linha de água situada a Nascente da Saibreira das Guerrilhas, identificada na licença da mesma como “área de defesa” (figura 2.3).



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

O responsável da entidade, Sr. Paulo Quitério, indicou-nos que é proprietário da Saibreira das Guerrilhas bem como da Pedreira das Guerrilhas (que confina a sudeste), tendo indicado que a Pedreira está licenciada para extração bem como para aterro de inertes.

Analisados os elementos relativos ao licenciamento da Pedreira das Guerrilhas, verificou-se que apesar da exploração ter obtido ambos os licenciamentos, há que ter em conta o seguinte:

- A licença de aterro de inertes apenas abrange as áreas identificadas na figura 2.4 (com o perfil longitudinal na figura 2.5);
- Apenas são permitidos os resíduos que constam da tabela na figura 2.6;
- A licença de aterro de inertes estará caducada, por interrupção de funcionamento superior a seis meses, bem como pela ausência de pedido de transmissão da licença (ver enquadramento legal em 2.4).





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---



**Foto 1** – Inertes e resíduos colocados na encosta de linha de água a Nascente.



**Foto 2** – Aspeto do enchimento da encosta situada no leito e margem da ribeira identificada na cartografia.



**Foto 3** – Resíduos de betão, betuminoso e outros resíduos diversos.



**Foto 4** – Pormenor dos resíduos de betão, betuminoso e resíduos de embalagens de vidro e plástico, bem como outros resíduos.





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

### 2.3 – Outras informações obtidas

Na vizinhança da área de localização da Saibreira das Guerrilhas, e confinantes com esta, encontram-se outras três explorações licenciadas, a saber:

1. Saibreira das Guerrilhas (licença n.º 230/RN);
2. Saibreira Casas Queimadas (licença n.º 221/RN), a sul
3. Pedreira das Guerrilhas (licença n.º 121/RN), a sudeste
4. Pedreira Curral das Pulgas (licença n.º 238/RN), a norte.



Figura 2.1: Localização das quatro explorações de inertes licenciadas no local (numeradas), bem como do local onde estão a ser depositados os inertes e outros resíduos (pin amarelo). O círculo indica a área estabelecida na licença para as operações de gestão de resíduos constantes do Alvará n.º 16/DRAAC/2023.

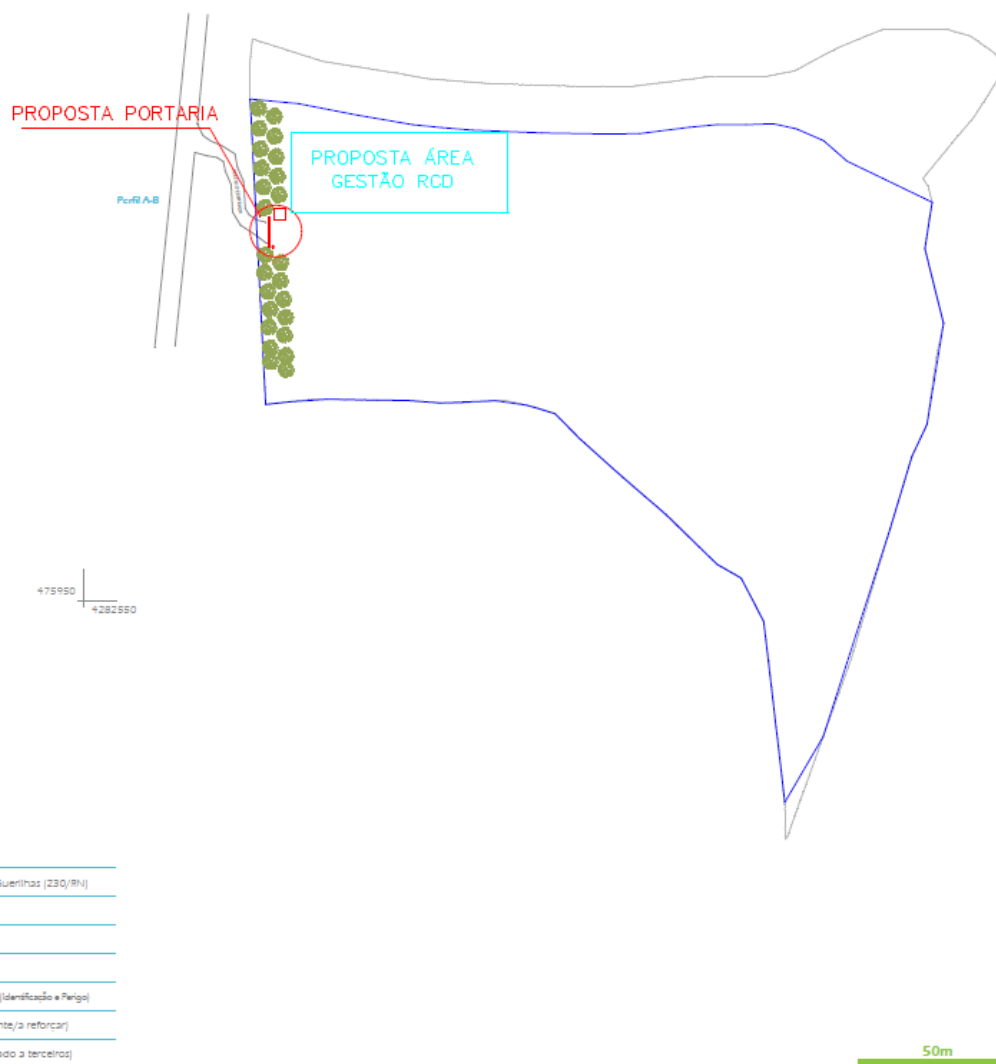
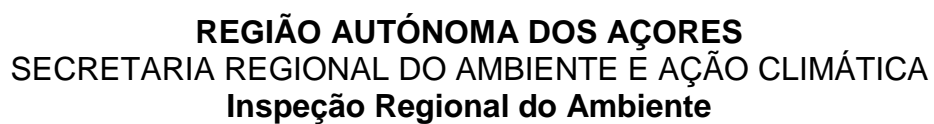


Figura 2.2: Área proposta para a gestão de RCD (Fonte: DRAAC)





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

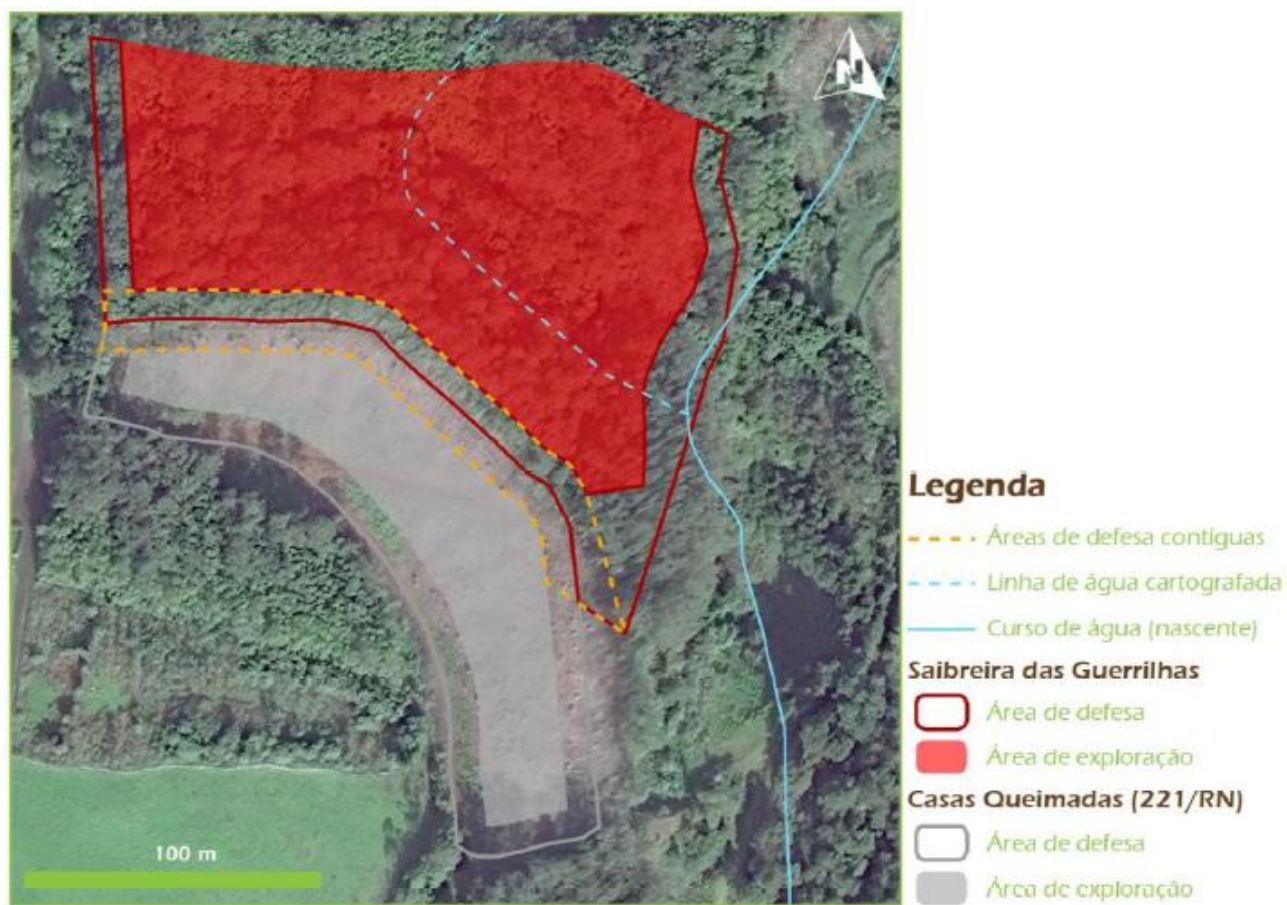


Figura 2.3: Esquema síntese da estratégia definida para a exploração da Saibreira das Guerrilhas – 230/RN  
(Fonte: Plano de Pedreira – Saibreira das Guerrilhas)



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

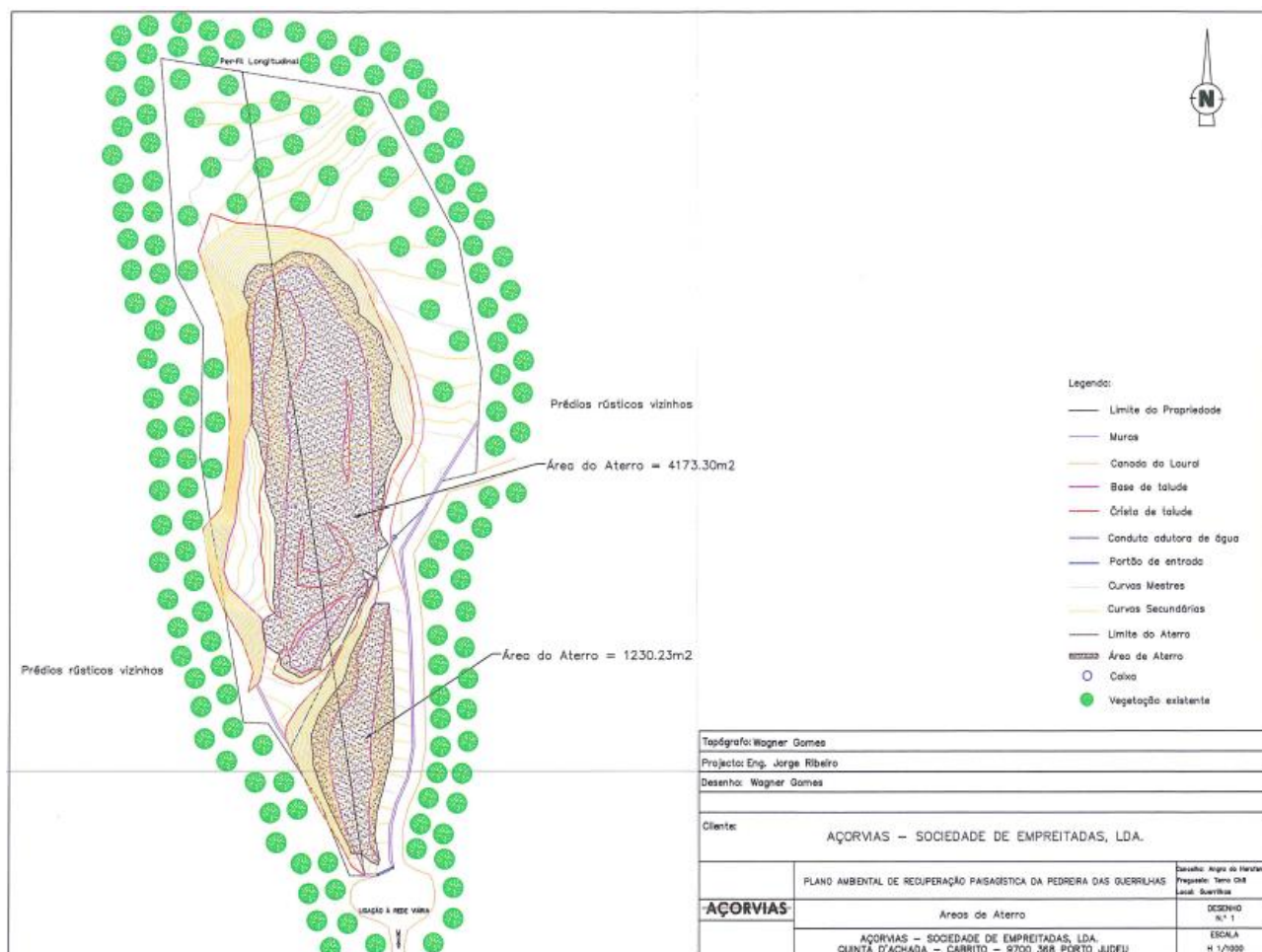
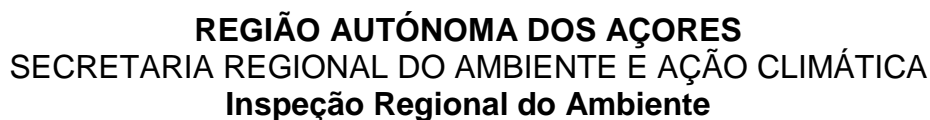


Figura 2.4: Áreas de aterro da Pedreira das Guerrilhas – 121/RN  
(Fonte: Plano Ambiental de Recuperação Paisagística da Pedreira das Guerrilhas)



<b>Código LER</b>	<b>Descrição</b>
17 01 01	Betão
17 01 02	Tijolos
17 01 03	Ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos
17 02 02	Vidro
17 05 04	Solos e rochas não abrangidos em 17 05 03 (não contendo substâncias perigosas)

(Fonte: Plano Ambiental de Recuperação Paisagística da Pedreira das Guerrilhas)





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

## **2.4 – Enquadramento legal**

O Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, que estabelece o regime geral de prevenção e gestão de resíduos na Região Autónoma dos Açores, prevê o procedimento do licenciamento simplificado (artigo 96.º), onde se enquadra o Alvará n.º 16/DRAAC/2023 para a realização de operações de gestão de resíduos da Saibreira das Guerrilhas, estando estas operações sujeitas às normas estabelecidas por este diploma.

O Licenciamento do Aterro de Inertes na Pedreira das Guerilhas (exploração a Sudeste da saibreira, atualmente pertencente ao mesmo proprietário) foi efetuado ainda ao abrigo do diploma nacional, tendo o diploma regional apenas sido publicado em 2011, pelo que o enquadramento é o seguinte:

- Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de maio, que estabelece o regime jurídico a que fica sujeito o procedimento para a emissão de licença, instalação, exploração, encerramento e manutenção pós-encerramento de aterros destinados à deposição de resíduos;
  - A interrupção de funcionamento da exploração do aterro por um período igual ou superior a seis meses faz caducar a respectiva licença, podendo ser solicitada a sua renovação (n.º 4 do artigo 18.º);
  - Mediante requerimento dirigido à autoridade competente, e desde que decorridos pelo menos dois anos do início da exploração do aterro, a entidade licenciada pode solicitar autorização para a transmissão da licença de exploração, sem prejuízo da aplicação das regras legais em matéria de controlo de operações de concentração de empresas (n.º 1 do artigo 29.º);
  - A autoridade competente aprecia o requerimento de transmissão da licença tendo em conta o regime do presente diploma, podendo solicitar às entidades transmitente e transmissária todas as informações que entenda relevantes para a emissão da autorização (n.º 2 do artigo 29.º);
  - Sob pena de ineficácia da transmissão, e sem prejuízo do disposto no número anterior, a entidade transmissária obriga-se a assumir todos os direitos e obrigações inerentes à licença e a prestar garantia e seguro de responsabilidade civil extracontratual nos exactos termos em que se encontre obrigada a entidade transmitente (n.º 3 do artigo 29.º);
  - Os requisitos de controlo e acompanhamento da exploração são estabelecidos no artigo 25.º.

A Lei n.º 54/205, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos, estabelece diversas noções, tais como:

- Noção de leito e seus limites (artigo 10.º);



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

- Noção de margem e sua largura (artigo 11.º).

A Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, estabelece que:

- A realização de aterros ou escavações constituem utilizações privativas dos recursos hídricos do domínio público que estão sujeitas a licença prévia (alínea m) do n.º 1 do artigo 60.º).

### **3 – Irregularidades e infrações detetadas**

Foram verificadas as seguintes infrações:

1. O incumprimento, pelo operador de gestão de resíduos, dos termos e condições constantes do respetivo título, previstos no n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constitui contraordenação ambiental grave prevista na alínea ii) do n.º 2 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006 de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €12.000 a €72.000 em caso de negligência (praticada por pessoas coletivas), para a infração de cada uma das condições referidas abaixo:
  - a. Devem ser definidas e implementadas medidas que visem a segurança da circulação de viaturas na instalação e respetivos acessos, como a criação de circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão (alínea c) do n.º 4 do Alvará n.º 16/DRAAC/2023);
  - b. As áreas de gestão devem estar delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos (alínea e) do n.º 4 do Alvará n.º 16/DRAAC/2023);
  - c. Os contentores e áreas utilizados na armazenagem de resíduos devem ter a identificação dos resíduos por nome comum e código LER (alínea f) do n.º 4 do Alvará n.º 16/DRAAC/2023);
  - d. Deve ser disponibilizado um sistema que permita quantificar e registar os resíduos admitidos na instalação, para efeitos das obrigações legais em matéria de transporte de resíduos e de preenchimentos dos mapas de registo no SRIR (alínea h) do n.º 4 do Alvará n.º 16/DRAAC/2023);
  - e. Devem estar registados os procedimentos adotados para o controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão e quantificação dos resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR) (alínea i) do n.º 4 do Alvará n.º 16/DRAAC/2023);



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

- f. Está elaborado e implementado um plano de controlo de roedores, nos termos do DLR n.º 31/2010/A, de 17 de novembro, regulamentado pela Portaria n.º 32/2015, de 13 de março (alínea l) do n.º 4 do Alvará n.º 16/DRAAC/2023);
  - g. Deverá ser constituída uma ou mais garantias financeiras que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida, conforme previsto no Decreto – Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (alínea m) do n.º 4 do Alvará n.º 16/DRAAC/2023).
2. A inexistência de licença de utilização de recursos hídricos para realização de aterros e escavações em violação do disposto na alínea m) do n.º 1, do artigo 60.º da lei n.º 58/2005 de 29 de dezembro, conjugado com o disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, constitui contraordenação ambiental muito grave, prevista na alínea a) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, punível nos termos do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015 de 28 de agosto, com coima de €24.000 a €144.000 em caso de negligência (praticada por pessoas coletivas).

#### **4 – Indicações e medidas adotadas**

##### **Indicações transmitidas:**

Fomos contactados pelo Eng.º Diogo Caetano (LabGeo), da parte da direção técnica da Saibreira das Guerrilhas (230/RN), no dia 15/05/2024 por telefone, para acompanhamento do processo inspetivo, tendo o mesmo sido informado da irregularidade do aterro na área de linha de água. Comprometeu-se a prestar os esclarecimentos necessários e a trabalhar, em conjunto com a empresa MLQ, nas correções necessárias da situação.

##### **Medidas adotadas:**

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: dar conhecimento do relatório à entidade licenciadora das operações de gestão de resíduos (DRAAC) e à entidade licenciadora das extrações de inertes (DREC).